

## As culpas do Congresso não absolvem o governo

Depois de sentir o gosto amargo da inflação de 6,09% em março, o ministro Mailson da Nóbrega assumiu um comportamento defensivo que, apesar de compreensível, sugere a existência de grandes dificuldades para a continuidade do Plano Verão. Bastará, por exemplo, mais uma subida da inflação em abril para que esse programa desmorone totalmente. Não resta a menor dúvida, contudo, de que o ministro está coberto de razão ao afirmar que o Executivo não é o único culpado pelos insucessos da política econômica e de mais razão ainda ao acusar o Congresso de sabotar as medidas de austeridade propostas pelo presidente da República, como o fechamento de órgãos públicos e empresas estatais desnecessários e a privatização acelerada de empresas do governo.

É claro que concordamos inteiramente com a crítica do ministro da Fazenda ao Congresso. Ela representa o desabafo de um homem que, além de lutar contra a resistência de vários membros do Executivo, contrários a qualquer redução nos gastos do governo, precisa enfrentar a oposição de uma classe política comprometida com tudo o que o Brasil tem de arcaico e retrógrado. Mailson quer livrar o país da inflação, do Estado hipertrofiado e da crise que paralisa os investimentos e mantém a economia estagnada. Já os políticos, com raras exceções, desejam conservar o clientelismo, os cartórios que sangram o Tesouro e deixam os recursos públicos nas mãos de corruptos e o permanente aumento da intervenção estatal na economia.

O próprio ministro Mailson da Nóbrega, temos certeza, estava ciente, há muito tempo, de que não poderia contar com o Congresso em seu esforço de saneamento das finanças públicas, sobretudo num ano eleitoral. Ele também não ignorava que não teria a ajuda dos governadores do PMDB, interessados apenas em obter mais dinheiro para atingir seus objetivos políticos atuais e futuros.

No entanto, mesmo considerando que o ministro da Fazenda tinha e tem muitos motivos para fazer esse desabafo contra os políticos, o governo como um todo não pode se eximir de suas responsabilidades perante a Nação. Cumpre-lhe tomar todas as medidas possíveis para evitar o retorno a uma situação semelhante a que nos encontrávamos no início deste ano, quando o risco de hiperinflação era agudo. Infelizmente, porém, são tantos os problemas enfrentados pelo Plano Verão que ninguém de bom senso pode afirmar que esse perigo foi afastado.

Ao contrário, pelo que se sabe o governo não terá condições de cumprir a promessa feita ao FMI de um déficit público operacional em torno de 2% do PIB. Na verdade, nas conversações que terá esta semana com os membros da missão técnica do FMI, o governo vai preferir trabalhar com o conceito de **déficit primário**, que não inclui os elevados encargos financeiros da dívida interna estimados em aproximadamente 20 bilhões de cruzados novos, segundo informações publicadas pela **Gazeta Mercantil**. Só que, para zerar o déficit primário, o governo conta com ganho adicional de arrecadação de 7,5 bilhões de cruzados novos, numa previsão que muitos economistas consideram excessivamente otimista.

A preferência do governo pelo conceito de déficit primário se explica pelo fato de o FMI já ter sido informado de que o déficit operacional será bastante superior aos 3,9% do PIB registrados no ano passado. As previsões mais otimistas falam em 5%, mas há quem calcule esse déficit em 7%! Ora, não há programa de estabilização econômica que possa resistir ao impacto que esse novo estouro das contas governamentais está exercendo sobre as expectativas dos agentes econômicos.

Se a inflação já foi de 6% em março, se os gastos públicos não foram contidos como deveriam ter sido e se o ministro Mailson da Nóbrega diz que não pode efetuar mais cortes, porque "as pessoas precisam se dar conta de que a nova Constituição agravou sobremaneira a capacidade de fazer política fiscal no Brasil", qual o sentido de continuar com o congelamento de preços, do câmbio e dos salários?

Ou o governo reage sem demora com todas as armas de que ainda dispõe ou, então, os sacrifícios que estão sendo exigidos dos assalariados em geral e das empresas privadas deixarão de ter sentido.

Por esse lado, as justificadas lamentações do ministro da Fazenda, segundo as quais "não basta a vontade do Poder Executivo nem a disposição da área econômica do governo para fazer cortes", ajudam a entender o que está acontecendo, mas não contribuem muito para a solução dos problemas que vão aniquilando o Plano Verão.

Do governo, nos regimes democráticos, se espera muito mais do que frases do tipo "não podemos porque o Congresso não permite", principalmente numa hora em que a própria sobrevivência das instituições, como advertiu o presidente da República, está em jogo. Por isso mesmo acreditamos que o ministro da Fazenda e seu colega do Planejamento, João Batista de Abreu, poderiam conseguir chegar bem mais perto de seus objetivos se contassem com o apoio mais decidido do chefe da Nação...

Diante dessa realidade que vai deixando os ministros Mailson e Abreu cada vez mais isolados, só podemos esperar o pior do Plano Verão, que apenas por milagre escapará do mesmo destino dos planos Cruzado e Bresser, com a diferença de que desta vez as conseqüências econômicas e políticas serão muitíssimo mais graves.